

Perspectivas das Relações Exteriores dos territórios das Guianas à luz das Teorias Geopolíticas Contemporâneas

*Regivaldo Sena da Rocha*¹

*Edu Silvestre de Albuquerque*²

Resumo

O presente artigo trata de uma pesquisa em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, cujo objetivo é contextualizar histórica e geograficamente o processo de inserção dos territórios que conformam o Planalto das Guianas nas políticas de segurança e defesa para o continente sul-americano. Inicialmente, o texto apresenta um breve resgate do contexto histórico das relações da Guiana, Suriname e território francês da Guiana Francesa com suas (ex) metrópoles e vizinhos sul-americanos. Em seguida, procura avançar no entendimento dos cenários postos no contexto do conselho de segurança da UNASUL³ - o CDS⁴. A metodologia baseia-se na revisão da bibliografia especializada e consulta a sítios governamentais.

Palavras Chave: Guianas, Política de Defesa, Segurança Regional.

Resumen

Este artículo trata de un estudio que está realizando el Programa de Postgrado e Investigación en Geografía de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte - UFRN, que tiene como objetivo contextualizar histórica y geográficamente el proceso de inserción de los territorios que conforman las montañas de Guayana en las políticas de seguridad y defensa para el continente sudamericano. Inicialmente, el texto presenta una breve rescate histórico del contexto de las relaciones de Guyana, Suriname y el territorio francés de ultramar de la Guayana Francesa con sus (ex) ciudades y vecinos de América del Sur. Luego busca avanzar en la comprensión de los escenarios puesto en el contexto del Consejo de Seguridad de la UNASUR - CDS. La metodología se basa en la revisión de la literatura y la consulta pertinente a los sitios del gobierno.

Palabras Clave: Guyana, Política de Defensa, Seguridad Regional.

¹ Bacharel em Ciências Sociais e Mestrando do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - PPGe / UFRN.

² Doutor em Geografia e Docente do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia - PPGe / UFRN.

³ União das Nações Sul-Americanas.

⁴ Conselho de Segurança Sul-Americano da UNASUL.

Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 24 - 42, jan./jun. 2016.

Introdução

A partir da constatação de um déficit nas relações dos territórios das Guianas com os demais países do continente, e inclusive entre eles, o presente artigo propõe entender as matrizes do pensamento geopolítico que orientam o planejamento da defesa das Guianas. Serão consideradas as teorias geopolíticas do atlantismo (em sua ramificação euro-americanista e exclusivamente europeista) e do continentalismo (em sua ramificação sul-americanista, eurasiânica e meridionalista).

Elucidando os modelos geopolíticos seguidos pela região das Guianas espera-se contribuir com a construção de cenários mais fidedignos para compreender o papel dos atores estatais da região na configuração das políticas de defesa regional do subcontinente.

Por fim, o Brasil por ser um país de fronteira com os territórios das Guianas e com a maioria dos demais países da região, possui uma importância territorial e política extremamente visível na articulação de uma política de segurança coletiva, tendo como foco uma integração militar. Mas nessa empreitada não está sozinho, pois há também o interesse venezuelano por áreas em disputa com a Guiana, e ainda a presença militar francesa no território da Guiana Francesa.

Um breve histórico do recorte político do Planalto das Guianas

A região em análise se apresenta enquanto unidade territorial caracterizada ainda pelo relativo isolamento geográfico em relação ao continente sul-americano, por englobar nações de independência recente ou ainda com estatuto colonial, caso da Guiana Francesa que ainda se encontra sob o controle político, econômico e jurídico da França. Essa fraca estruturação dos atores estatais da região, aliada ao isolamento geográfico mencionado, repercutem na falta de informações documentais sobre estes países/territórios nas várias instituições e organismos internacionais que abrangem a América do Sul, e no caso da Guiana Francesa os organismos que compõem a União Europeia.

Sendo assim, observamos a necessidade de se verificar as bases físicas e institucionais para a inserção planejada e possível desses territórios na União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e no Conselho de Segurança Sul-Americano (CDS).

A Guiana - antiga Guiana Holandesa - foi colonizada a partir de 1621 pelos holandeses da Companhia das Índias Ocidentais, e tinha como base econômica o cultivo da cana de açúcar para abastecer os mercados europeus. Em 1814 passa ao domínio inglês, com o nome de Guiana Inglesa. A atual Guiana somente obtêm sua independência política em 1966, com a eleição de um primeiro-ministro, consolidando um processo de autonomia interna, e passa a se chamar oficialmente de República Cooperativa da Guiana. Sua capital é Georgetown e seu idioma oficial é o Inglês, mas também existem outras variações linguísticas de outras matrizes como o hindi, o espanhol, o crioulo guianense, o português e os demais idiomas nativos. As religiões encontradas são o cristianismo com 51%, o hinduísmo com 33%, o islamismo com 8%, e outras com 8% da população.

A economia da Guiana gira em torno da agropecuária, com destaque para cultivos de clima tropical como a cana de açúcar e arroz, e rebanhos bovinos, ovinos e aves, e do setor do extrativismo mineral da bauxita, ouro e diamante. Sua fraca base industrial indústria é composta pela metalurgia (alumínio), indústria alimentícia (açúcar e arroz) e madeireira. O seu PIB foi de apenas US\$ 5,71 bilhões, sua moeda oficial é o dólar guianense, dados de 2011 (Portal Brasil).

Politicamente o país é uma república democrática representativa indireta, e administrativamente se divide em 10 (dez) regiões. Os principais partidos que disputam as eleições são o Progressista do Povo (PPP), o Partido Cívico e o Partido do Congresso Nacional Popular (PNC), partido este formado em sua maioria por afro-descendentes, tendo por demais integrantes os descendentes de europeus e indígenas da Guiana. O seu legislativo é unicameral, composto por uma Assembleia Nacional com 65 membros (53 eleitos por voto direto para mandato de 5 anos e 12 delegados regionais eleitos por voto indireto), e sua constituição nacional está em vigor desde 06 de outubro de 1980.

Geograficamente, a Guiana é banhada pelo Oceano Atlântico (Mar do Caribe) e fica localizada no norte da América do Sul, onde faz fronteira com o Suriname, o Brasil e a Venezuela. Sua extensão territorial é de 214.970 km², com uma linha costeira de 459 km, com uma população de 953.605 habitantes sendo apenas 29% desse total vivendo em áreas consideradas urbanas. Com relação aos investimentos realizados em defesa foram de US\$ 94,1 milhões, ou seja, 1,8% do PIB, dados de 2011 (Portal Brasil).

Já o Suriname foi descoberto e explorado pelos espanhóis, porém, os primeiros colonizadores foram os ingleses, com as monoculturas de cana de açúcar. Os colonizadores ingleses trouxeram negros africanos para a região, que denominaram de Guiana Holandesa. A Guiana Holandesa se tornou independente apenas em 1975, quando passou a se chamar República do Suriname, com capital em Paramaribo e idioma oficial o holandês. Outras línguas também fazem parte do conjunto linguístico desse país, caso dos idiomas hindustâni, javanês, inglês, francês, crioulo, espanhol e chinês. As religiões são o cristianismo compondo 48%, o hinduísmo 27%, o islamismo 20%, e outras 5% da população do país.

Sua base econômica é muito similar à das Guianas, prevalecendo a cultura de arroz, banana, madeira, além de rebanhos bovinos e suínos. Algumas indústrias como metalurgia (alumínio), tabaco, bebidas, química e alimentícia, também contribuem com seu PIB de US\$ 3,79 bilhões. Sua moeda oficial é o dólar surinamês, dados de 2011 (Portal Brasil).

Politicamente o país é uma república com forma mista de governo, e a sua divisão territorial é composta por 10 (dez) distritos, incluindo a sua capital. Os partidos que disputam o poder são a Coalizão Nova Frente para a Democracia e o Desenvolvimento (NF), a Frente Nacional do Suriname (NPS), a Reforma Progressista (VHP), a Trabalhista do Suriname (SPA), a Nacional Democrático (NDP), a Base pela Renovação e pela Democracia (BVD) o Seu legislativo é composto por uma Assembleia Nacional, com 51 membros eleitos por voto direto para mandato de 5 anos, a sua constituição está em vigor desde 1987.

Geograficamente também é um país caribenho (386 km de costa), e faz fronteira com Brasil, Guiana e Guiana Francesa. Sua área total é de 163.821 km²,

com uma população total de 560.157 habitantes (2012), sendo sua população urbana 69% e rural de 31% da população total. Os gastos em defesa foram de US\$ 22,7 milhões, apenas 0,6% do PIB. (Portal Brasil, 2011).

A Guiana Francesa foi descoberta em 1500 e colonizada no século XVII. Os nativos (caribes) reagiram violentamente à presença espanhola, até que holandeses e franceses finalmente estabeleceram colônias na região. No fim do século XVII, começam a chegar os escravos para as plantações de cacau e café, sendo a escravidão abolida definitivamente em 1848, passando ao domínio definitivo da França. A moeda oficial da Guiana Francesa é o euro. Sua capital é Caiena, e seu idioma oficial é o francês (também fala-se o crioulo, além do taki-taki). A religião predominante no país é a católica.

A economia local está centrada em quatro eixos: silvicultura, pesca, extração de ouro e turismo. Os principais produtos de exportação são a pesca, a madeira e, mais recentemente, o arroz.

Por se tratar de um território francês, oficialmente o país é governado pelo presidente francês. Algumas mudanças ocorreram entre 1982 e 2015, quando o poder executivo foi assegurado pelos presidentes do Conselho Geral e do Conselho Regional mais importante. A partir de 2016, esses poderes foram subordinados a uma *Collectivité Territoriale*: mas o *préfet* só tem um poder de controle *a posteriori*, como responsável pela ordem pública e pelos serviços públicos nacionais.

A Guiana Francesa também é condicionada geograficamente por sua posição caribenha ao norte do continente sul-americano, sua linha de costa é de 378 km, e faz fronteira com Brasil e Suriname. Sua extensão territorial é de 83.846 km².

Para muitos, as matrizes colonizadoras não ibéricas dos territórios das Guianas remetem a um isolamento não só político, mas cultural da região no concerto sul-americano. Dessa forma, se coloca a questão da importância desse elemento cultural na lógica geopolítica dos territórios da região, sobretudo num sentido de ligação mais estreita com suas antigas ou atuais metrópoles colonizadoras.

Não acreditamos que o elemento cultural seja o cerne da questão na atualidade para uma política de defesa regional comum, como demonstra a própria

formação e evolução da OTAN no contexto do Atlântico Norte – Europa. Mais representativo desse isolamento das Guianas é o fator político determinado pelo rompimento tardio das amarras coloniais, que ainda nem mesmo ocorreram no caso da Guiana Francesa, que ainda figura como um tipo de colônia vinculada a uma metrópole europeia, que tem o seu sistema de defesa num contexto europeizado e consubstanciado na OTAN, sua principal referência em termos militares e de segurança regional. A justificativa maior da permanência do exército francês na região está ligada à presença estratégica da base espacial da Europa na cidade de Kourou (Centro Espacial Guianense - CSG).

Os cenários geoestratégicos para essa região colocam as nações desenvolvidas europeias na disputa por novas fontes de recursos naturais (minerais e alimentares), além de vantagens advindas da posição geográfica caribenha e na passagem do Oceano Atlântico.

Quadro 1 - Investimento Comparativo em Defesa em Países Seleccionados da América do Sul - 2011

País	2011 (em UU\$)	PIB (%)
Argentina	3,58 bilhões	0,8
Brasil	61,8 bilhões	2,72
Guiana	94,1 milhões	1,08
Guiana Fr.	-	-
Suriname	22,7 milhões	0,6

Elaborado por: Regivaldo Sena da Rocha, 2015.

Fonte: Portal Brasil.

Observa-se no Quadro 1 que o Suriname apresentou reduzidos valores absolutos e relativos em termos de PIB investidos na área de Defesa. Esses valores foram mais expressivos para a Guiana, onde a questão do litígio fronteiriço com a Venezuela preocupa as autoridades locais. Em termos de percentual do PIB, o

investimento da Guiana foi superior mesmo ao verificado na Argentina nos anos de 2011.

A projeção indicada pelo *World Economic Outlook Database* do FMI, de abril 2014, em relação ao efetivo total das forças armadas da Guiana e de aproximadamente 3.428 homens ou 0,42% da população total, enquanto que o Suriname tem um efetivo total de 2.000 homens ou 0,37% da população. Esses números são expressivos quando comparados aos gigantes territoriais sul-americanos, quando analisados relativamente evidentemente. O efetivo das forças armadas do Brasil é equivalente 333.973 homens ou 0,17% da população; enquanto a Argentina tem efetivo de 77.066 homens ou 0,18% da população. A Venezuela dispõe de um efetivo total de 194.744 homens esse número equivalente a 0,66% de sua população, podemos perceber que este último tem um efetivo bastante superior ao do seu vizinho à Guiana, onde ambos mantêm disputas fronteiriças ainda não solucionadas (ATLAS COMPARATIVO DE LA DEFENSA EN AMÉRICA LATINA Y CARIBE: EDICIÓN 2014).

Quanto às linhas de costa das unidades territoriais das Guianas, a Guiana possui 459 km, sendo que a maior parte de sua população está concentrada na região litorânea. O Suriname tem uma linha costeira de 386 km, e também concentra sua população na faixa litorânea do país. E a Guiana Francesa possui 378 km de linha costeira, Esses dados indicam que a fachada caribenha foi equitativamente distribuída entre os países das Guianas por suas ex-metrópoles europeias.

Em termos de fronteiras terrestres, com o Brasil esses três países juntos chegam a aproximadamente 2.929 km, o que torna a vigilância da zona de fronteira difícil para as forças armadas e órgãos de defesa desses países tendo em vista que essas fronteiras cruzam a vastidão da floresta amazônica. Outro caso de fronteira de uma nação das Guianas é com a Venezuela, com 743 km de fronteiras comuns⁵.

⁵ A faixa de fronteira comum entre o Brasil e a Venezuela que chega aos 2.200 km de extensão. *Revista de Geopolítica*, Natal, v. 7, nº 1, p. 24 - 42, jan./jun. 2016.

A cooperação para a segurança sul-americana: caminhos para uma integração da defesa regional

Ao mesmo tempo, a integração física sul-americana e a cooperação regional em defesa são processos muito recentes na história regional, ainda permeados de incertezas, caso dos conflitos latentes *na América do Sul. Paradoxalmente, Teixeira* (2013, p.130), argumenta que é justamente “*no limiar desses, [que] está à cooperação em defesa, trazendo uma possível integração ao continente.*”

Ou seja, na percepção desse autor, a cooperação em defesa seria o componente fundamental para completar-se o enlace sul-americano, fornecendo assim a segurança necessária aos atores estatais para o desenvolvimento da integração continental. Sem essa cooperação em defesa, as relações de confiança mútua tornam-se bastante tênues, e os atores nacionais sem a convicção necessária para o aprofundamento da integração no próprio campo da defesa.

A nova ordem internacional emergida do fim da bipolaridade traz uma mudança de postura dos países do continente sul-americano, corroborando assim objetivos de maior autonomia nas relações com os polos tradicionais de poder mundial. Essa busca por autonomia se mistura com o objetivo de alcançar padrões mais elevados de desenvolvimento econômico, social e político.

Entretanto, a alteração do status regional no sistema internacional de poder ainda se defronta com um sistema hierarquizado a partir da liderança das antigas potências mundiais, que historicamente se apoiaram em suas forças armadas para fazer valer seus interesses pelo mundo. Na América do Sul, são esses atores extra-regionais que ainda procuram renovar suas esferas de influência nos campos político, econômico (comercial, financeiro e tecnológico) e militar.

A integração sul-americana não é um projeto novo, ele vem se colocando historicamente em várias fases do desenvolvimento do continente, com avanços e retrocessos, desde a independência dos Estados Nacionais de suas metrópoles, e culminando no malogrado Pacto ABC⁶ e no advento do MERCOSUL⁷. Por vezes,

⁶ Pacto de não agressão de 1915 entre a Argentina, o Brasil, e o Chile, sendo considerado como a primeira tentativa oficial de integração regional.

⁷ O Mercado Comum do Sul é um bloco econômico criado em 1991 pelo Tratado de Assunção. *Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 24 - 42, jan./jun. 2016.*

esse projeto de integração regional se inseria na escala latino-americana, casos da ALALC⁸ e da ALADI⁹. Mas invariavelmente, continham apenas objetivos comercialistas.

A novidade é representada pela criação da Unasul, que passa a incluir com o CDS a perspectiva da cooperação em defesa. Todos os demais acordos ou pactos firmados entre as nações sul-americanas não faziam referência à cooperação em defesa para o continente.

Para Saint-Pierre (2009, p.19), apenas a integração comercial não gera confiança suficiente para um total envolvimento nos projetos de integração regional. A integração na área de defesa representaria uma estabilidade regional inédita para as nações sul-americanas e, talvez, um reforço de sua autonomia político-militar no cenário internacional. Entretanto, a efetivação de processos como a constituição de um bloco regional de defesa depende da evolução dos processos de cooperação nas áreas de segurança e defesa.

Os projetos de cooperação em defesa têm por princípio partilhar conhecimentos militares, sejam eles doutrinários, operacionais, de armamentos e industriais, concebendo essas ações em mecanismos específicos e/ou como parte de acordos de âmbitos mais extensos nos quais essas dimensões sejam levadas em conta. De acordo com Teixeira (2013, p. 29), a cooperação em defesa para o continente:

(...)é o caminho que pode sustentar as cooperações tencionadas no subcontinente sul-americano de forma efetiva, freando assim as rivalidades existentes através do intercâmbio entre as forças armadas dos países signatários desses acordos, fomentando dessa forma a confiança recíproca, e esvaindo assim a possibilidade de confrontação armada.

Para Vitor Stuart de Pieri (2014), as relações entre os países sul-americanos se desenvolvem sob o viés dual entre a *cooperação* e a *rivalidade*, e entre a

⁸ Associação Latino-Americana de Livre Comércio, criada em 1960 pelo Tratado de Montevidéu.

⁹ Associação Latino-Americana de Integração, criada em 1980 pelo Tratado de Montevidéu. *Revista de Geopolítica*, Natal, v. 7, nº 1, p. 24 - 42, jan./jun. 2016.

aproximação e a *dissuasão*, e que para ampliar as possibilidades de cooperação em defesa é necessário entender o fator territorial existente na maioria dos conflitos intermésticos ¹⁰ existentes no continente sul-americano. As várias contendas presentes desde a independência da América Espanhola são fruto, em sua maior parte, das disputas territoriais e fronteiriças entre os Estados recém independentes, cujos territórios ainda não perfeitamente demarcados são até os dias de hoje motivo de controvérsias. A construção de uma geopolítica sul-americana, portanto, passa pela resolução das contendas existentes entre os Estados sul-americanos, etapa necessária para avançar na cooperação em defesa cujo objetivo maior é compartilhar dos mesmos ideais na segurança coletiva.

Alguns desses conflitos, mesmo aqueles extintos, ainda afastam as possibilidades de uma aproximação entre os países vizinhos do continente, por gerarem desconfianças e ressentimentos nacionais, como a questão boliviana da saída ao mar (Guerra do Pacífico), a reivindicação da Venezuela junto à Guiana (território de Essequibo), as diversas contendas entre Chile e Argentina por ilhas ao sul, os limites marítimos entre Peru e Chile, enfim, diversos conflitos ainda não totalmente superados que dificultam uma maior integração entre os países da região e, conseqüentemente, o avanço de uma cooperação em segurança para o continente. Esse é o maior dos desafios que a diplomacia sul-americana no âmbito da Unasul – CDS terá de superar para avançar na organização de um complexo de segurança regional.

Os territórios das Guianas e a Geopolítica Mundial

Mesmo a geopolítica de países de maior autonomia relativa na América do Sul, como Brasil, Argentina e Chile, se desenvolveu historicamente como uma resposta conciliatória aos interesses das potências do Norte, particularmente as antigas metrópoles da Europa Ocidental e os EUA. Na terminologia geopolítica, isso significa que o subcontinente foi marcado pela onipresença dos interesses

¹⁰ O termo é um neologismo para tratar uma situação que é tanto internacional como domésticas (plano interno), adotando-se o termo no sentido de reflexão sobre os conflitos domésticos com desdobramentos regionais e vice e versa (DE PIERI, 2011, p.28).
Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 24 - 42, jan./jun. 2016.

atlantistas, ou seja, o território sul-americano foi organizado em função de interesses de além-mar.

A teoria do poder naval surge no final do século XIX e início do XX, e faz valer as estratégias das potências atlantistas, sobretudo Inglaterra e Estados Unidos. Embora já no século V a.C. o historiador grego Tucídides tenha se debruçado sobre a questão marítima em sua *“Historia da guerra do Peloponeso”*, a teoria do desenvolvimento do poder naval ganharia importância no campo político-estratégico com Alfred Thayer Mahan. Ele foi almirante e estrategista naval estadunidense, e pioneiro na teorização do *“poder do Estado no mar como condição essencial ao domínio do mundo”*. Embora ele nunca tenha escrito uma síntese de seu pensamento, o que dificulta um pouco a compreensão de suas ideias, fica evidente a eleição de três aspectos centrais no pensamento de Mahan, quais são: **o acesso ao mar, o controle de rotas comerciais e a ocupação das faixas litorâneas**. Outros fatores de extrema importância geográfica elencados por ele **são a localização geográfica, a configuração física e a extensão da costa**, esta última tida como uma propensão para os assuntos marítimos de um determinado povo e no próprio empenho governamental na preparação e aplicação do poder marítimo.

Com base nessas considerações teóricas, Mahan aponta as esquadras marítimas como sendo os instrumentos políticos à disposição dos governos para trazer prosperidade ou afirmar internacionalmente um país. Assim, se este desejar projetar-se como uma potência mundial, deverá procurar desenvolver plenamente o poder marítimo, algo efetivado pelos ingleses e depois estadunidenses em sua presença global. Essa teoria seria atualizada por Nicholas Spykman, e depois absorvida por George Kennan, influenciando diretamente as ações geopolíticas estadunidenses até a atualidade.

A teoria do poder naval e os debates difundidos na Liga das Nações influenciaram fortemente o perfil intelectual de J. Spykman (1893-1943), professor da Universidade de Yale. Este geógrafo norte-americano defensor do intervencionismo ¹¹ em política externa, e via o sistema internacional como

¹¹ Por sua vez, os isolacionistas defendiam a tese de que os EUA deveriam deslocar a sua primeira linha do eixo de defesa para o próprio hemisfério ocidental devido a sua posição geográfica bioceânica. Esse tipo de estratégia postulava uma política de autocontenção voluntária que implicava *Revista de Geopolítica*, Natal, v. 7, nº 1, p. 24 - 42, jan./jun. 2016.

essencialmente anárquico e potencialmente belicoso. Seu realismo era de tipo hobbesiano, metaforicamente definido como uma estrutura de mesa de jogo, onde os Estados se assemelham a bolas de bilhar, sendo assim, da própria natureza do jogo o choque das bolas entre si, tornando-se inerente o choque entre as nações na disputa pelo poder e hegemonia mundiais.

Para Spykman, a primeira linha de defesa deveria situar-se não no continente americano, mas do outro lado do Atlântico e do Pacífico, significando com isso avançar as forças norte-americanas e posicioná-las nas duas pontas do continente eurasiático, surgindo assim à teoria do *Rimland*.

Em oposição à teoria do poder naval atlantista surge a teoria do poder terrestre, curiosamente nascida dos temores britânicos quanto à emergência de poderes econômicos e militares desafiantes no *Heartland Eurasiático*. O britânico Halford Mackinder, em 1904, proferiu palestra para a Sociedade Geográfica Real de Londres, com o título de “*O pivô geográfico da história*”. De acordo com ele, o fator geográfico histórico seria doravante determinado pelo poder terrestre. Assim, geograficamente a Europa passava à condição de mera península da Ásia; sendo essa enorme massa continental chamada de Eurásia dotada de vastos recursos naturais (minérios e terras agricultáveis), agora exploráveis em suas áreas mais interiores com o advento das locomotivas. O núcleo geográfico dessa enorme massa continental foi chamado de **área pivô ou heartland**, e para Mackinder, o Estado ou bloco de poder que conquistasse essa região teria a hegemonia mundial.

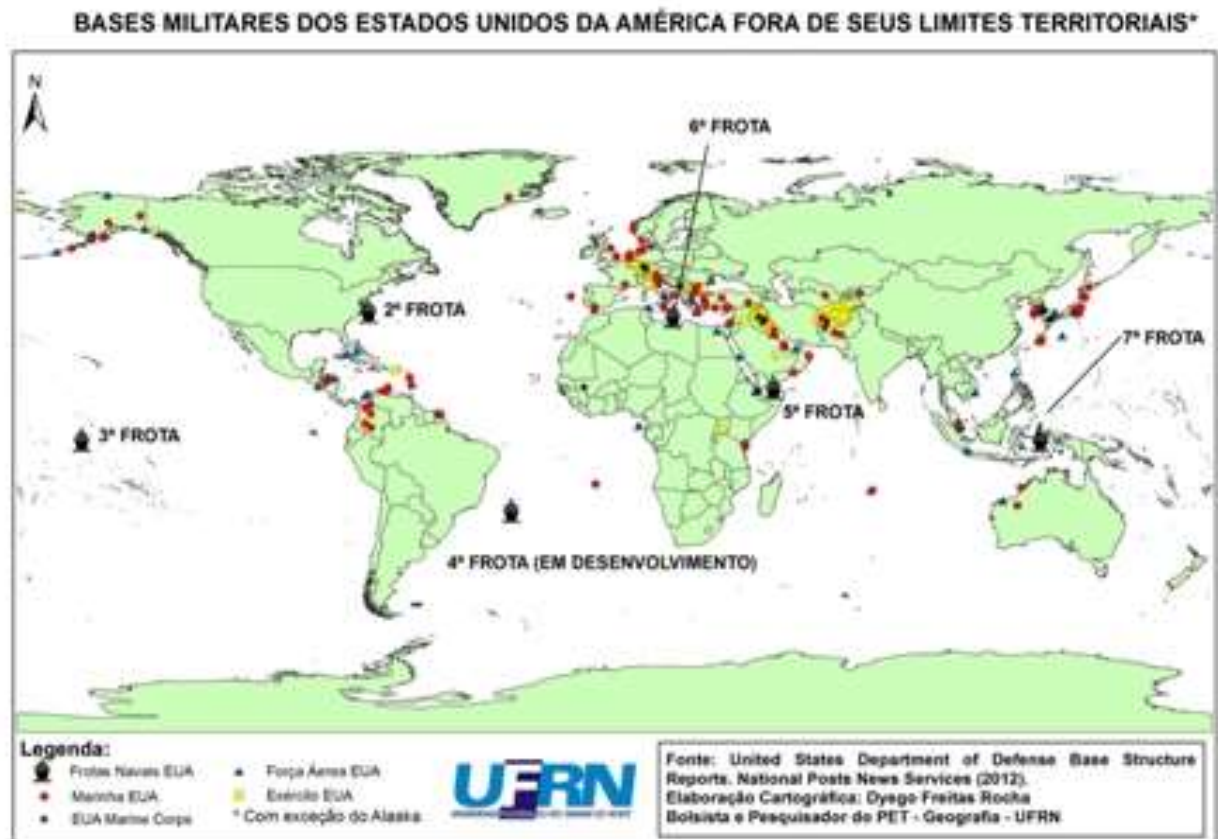
No entendimento do autor, os impérios russo e alemão seriam aqueles com maiores condições de assumir essa liderança continental, logo as maiores ameaças ao poder naval atlantista. A Alemanha despontava como potencia industrial e com desejos imperialistas por novos territórios e mercados, e poderia alcançar na segurança das áreas interiores da Eurásia a construção de uma força militar imbatível no continente, e inacessível às incursões das potências navais.

Mas, se para Mackinder a projeção de poder se dava do eixo interno para o externo da área pivô, para Spykman, essa projeção se daria na contenção do poder

fixar a defesa no perímetro de segurança hemisférico, mantendo-se assim, afastado de crises internacionais que não envolvessem diretamente o continente americano.

terrestre, impedido que o mesmo se projetasse para fora do continente eurasiático, e que com isso pudesse tentar obter uma saída para o mar. Suas ideias foram aplicadas por George Frost Kennan, um diplomata e acadêmico norte-americano que tornou-se uma figura central na emergência da Guerra Fria, adotando as teorias do *Rimland* como “doutrina da contenção ao comunismo”. Essa estratégia tinha como objetivo criar um cinturão de contenção nas linhas costeiras eurasiáticas, o que vem tendo aplicabilidade pelos Estados Unidos e aliados euro-ocidentais desde o fim da Segunda Guerra Mundial até os dias atuais (Ver Figura 1).

Figura 1 – Rimland



Uma terceira Via Geopolítica?

As ideias defendidas pelo geopolítico brasileiro André Martin expressam a possibilidade de uma terceira via no que condiz às teorias geopolíticas, até então embasadas na dicotomia entre poder marítimo e poder terrestre. De acordo com Albuquerque (2014, p.6), “o meridionalismo representa a terceira teoria geopolítica

da contemporaneidade ao negar, simultaneamente, a teoria atlantista e a teoria eurasiânica”.

Na perspectiva geográfica, o Hemisfério Sul representa para os países nele localizados o encurtamento das distâncias e, conseqüentemente, a diminuição dos custos de transporte. No campo político e econômico, o *meridionalismo* manifesta a vontade em alcançar os níveis de desenvolvimento tecnológico e social dos países do Norte, o que seria possível através do desenvolvimento de tecnologias adaptadas às necessidades dos países deste hemisfério, ou seja, uma tecnologia própria para as condições físicas (tropical e marítimo) e sociais (menor renda per capita) destes países.

De acordo com Martin (*apud, Albuquerque, 2014*), o *meridionalismo* faz parte da história brasileira desde os tempos de sua colonização, quando se iniciou as relações triangulares comerciais entre Lisboa-África-Brasil, com a reaproximação comercial dos países africanos durante o regime militar de 64, e recentemente, com a constituição do IBAS¹².

Logicamente. O *meridionalismo* reivindica uma maior parcela do poder mundial aos povos do sul, destacando a questão da superação dos obstáculos geográficos que impedem o desenvolvimento desses países: atraso no nível de expansão de tecnologias tropicais, maior custo dos fretes marítimos, ausência de integração nacional e regional das infraestruturas de transporte, energia e comunicação.

De acordo com Martin, o meridionalismo enquanto retomada das relações de cooperação Sul-Sul é produto do fim da Guerra Fria e do retorno do multipolarismo, com isso a polarização ideológica e militar tende a se deslocar não apenas no sentido Leste/Oeste, mas também no sentido Norte-Sul:

O hemisfério meridional como um imenso campo de manobra para o estabelecimento de “zonas de influência” dos detentores do poder mundial. É precisamente essa fragilidade que não é exclusivamente

¹² Cooperação entre Índia, Brasil e África do Sul.
Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 24 - 42, jan./jun. 2016.

econômica ou militar, mas, sobretudo política e diplomática, segundo nossa concepção, a condição de “meridionalidade”. Ela incide, portanto, preferencialmente no âmbito da política, isto é, das relações de poder. (apud ALBUQUERQUE, 2014, p.9).

Assim, para Martin a “questão meridional” emerge do déficit de poder mundial das nações do Hemisfério Sul, que na situação histórica posta não tem hoje condições de definir o seu destino de dentro para fora:

Quando a França, executa os seus experimentos nucleares submarinos no Atol de Mururoa, de nada adiantam as reclamações de australianos e neo-zelandeses, pois, embora países de alto padrão de vida, não dispõem de poder militar ou diplomático suficiente para persuadir os governantes e militares franceses a suspender seus testes (apud ALBUQUERQUE, 2014, p9).

O mundo de fora para dentro não poderá resolver grande parte dos problemas postos na contemporaneidade, fazendo-se necessário a colaboração das nações meridionais. E o Brasil tem um papel fundamental nessa teoria, ao lado de Índia, África do Sul e Austrália, não somente por características físicas (extensão, terras agricultáveis, minérios) e econômicas (peso do PIB, infraestrutura, etc.), mas por compartilharem de uma mesma lógica geopolítica, reunindo as características simultaneamente continentais (economias mais autárquicas, agrícolas e extrativistas) e marítimas (economias abertas, amplas faixas costeiras), daí que podemos chama-los de polos de poder anfíbios, isto é, países que podem desenvolver simultaneamente suas capacidades tanto em terra como no mar (Ver Figura 2).

O projeto de globalização em curso contém uma reprimarização das exportações brasileiras e das demais nações meridionais, daí que urge a retomada do desenvolvimentismo atrelado à perspectiva meridionalista, abrindo assim, espaço

diplomático para uma hegemonia benevolente ¹³ brasileira, seja para o desenvolvimento de parcerias estratégicas em tecnologias intermediárias, seja para o desenvolvimento de redes de infraestrutura regional e global.

Figura 2



Considerações finais

Pelas pesquisas exploratórias efetuadas até agora, observamos que a temática da segurança e defesa regional envolvendo os territórios das Guianas é ainda explorada fracamente. A maioria dos acordos envolvendo Guiana ou Suriname com o Brasil se refere à conservação ambiental e defesa da Amazônia. A Guiana Francesa se insere numa lógica geopolítica derivada da projeção francesa de poder mundial, com seus próprios interesses na África e no norte da América do Sul e Caribe, e também pode trazer a OTAN para as fronteiras terrestres brasileiras. A

¹³ O conceito de hegemonia benevolente pode ser melhor compreendido com a Teoria da Estabilidade Hegemônica (TEH), de Robert Gilpin (2004), que afirma a necessidade da hegemonia de determinados Estados para assegurar o equilíbrio do sistema internacional. É o "estabilizador" quem produz normas e bens públicos internacionais e oferta segurança para o comércio internacional. Embora a TEH tenha sido formulada para justificar o projeto de hegemonia estadunidense, defendemos que pode ser trasladado ao grupo de países meridionais com potencial de realização de projetos de infraestrutura comuns a seu entorno geográfico estratégico. O caso da IIRSA no âmbito da América do Sul é ilustrativo desta situação (ALBUQUERQUE, 2014, p. 11).
 Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 24 - 42, jan./jun. 2016.

base naval francesa encravada na Guiana Francesa representa um dos polos de estrangulamento do oceano Atlântico, fazendo ligação com outras duas bases francesas no continente africano (Costa do Marfim e Gabão). Assim, é evidente que o sistema de defesa pensado para esse território está muito mais próximo da OTAN¹⁴, do que propriamente do CDS, ou seja, pauta-se mais por uma lógica geopolítica atlantista que por uma lógica continentalista de sulamericanização.

O Brasil e a Venezuela vêm tentando quebrar essa lógica atlantista (europeísta) da organização do território da Guiana Francesa através de obras de infraestrutura visando alcançar uma rede de transportes entre as Guianas e destas com Venezuela e Brasil; algo visto com desconfiança por Paris.

Se a geopolítica da Guiana Francesa segue uma lógica inteiramente europeia, derivada de sua condição de colônia ultramarina, resta ainda precisar na pesquisa se a autonomia da Guiana e do Suriname vai para além da independência política e moeda própria.

De acordo com Terezinha de Castro (1967), essa região foi por muito tempo conhecida por colônias órfãs, esquecidas pelas suas metrópoles principalmente no período da Segunda Guerra Mundial. Esse “vácuo geopolítico” levou a uma tomada de postura por parte do EUA com relação à proteção e posse dessas colônias em razão do *valor geopolítico adquirido durante a Segunda Guerra Mundial*:

*Previa-se então uma direção temporária dessas chamadas **colônias órfãs**. Neste caso especial estavam enquadradas as Guiana Francesa e Holandesa, já que suas respectivas metrópoles haviam sido invadidas por tropas alemãs. (CASTRO, 1967, p 23).¹⁵*

Nesse momento também se firma a Aliança Atlântica, através de:

¹⁴ Organização do Tratado do Atlântico Norte, criada em 1949, no contexto da Guerra Fria.

¹⁵ Com a Alemanha através de sua guerra relâmpago (*blitzkrieg*), ameaçando a segurança mundial, as ações perpetradas pelos EUA na América do Sul tiveram início em Havana (Cuba) em 1940, onde os delegados dos aliados ali reunidos firmaram convênio sobre a administração provisória das colônias e possessões europeias no continente americano.

(...) acordo direto entre Roosevelt e Churchill, onde os EUA cediam à Inglaterra 50 destroyers fora do serviço ativo, obtendo em troca uma cadeia de bases navais na zona oriental da América, abrangendo desde Terra Nova até a Guiana Inglesa pelo prazo de 99 anos. (CASTRO, 1967, p. 23).

Cabe indagarmos se o déficit de poder mundial dos territórios das Guianas e sua diversidade étnica, religiosa e cultural em relação aos perfis ocidentais europeus, poderão levar esses governos a infletirem suas alianças no sentido da integração regional ou sul-americanização. Se a IIRSA¹⁶ parece que vai cumprindo seu papel, resta-nos examinar se a UNASUL-CDS também seguirá o mesmo caminho.

A próxima etapa da pesquisa envolverá consultas com as autoridades em relações exteriores dos países das Guianas, uma vez que informações sobre suas políticas externas e de defesa são muitas vezes ausentes nos órgãos oficiais. Esperamos assim precisar também em relação à Guiana e Suriname o estágio de suas relações exteriores com os EUA e as antigas metrópoles europeias e sua vontade de construção de uma geopolítica sul-americana autônoma.

Referências

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **Uma Breve Historia da Geopolítica**. Rio de Janeiro: CENEGRI - Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, 2011.

_____, A teoria geopolítica meridionalista de André Martin. **Revista de Geopolítica**, v. 5, nº 2, p. 5-18, jul./dez. 2014. Disponível em <http://www.revistageopolitica.com.br/ojs/ojs-2.2.3/index.php/rg/article/view/134>. Acesso em 04/08/2014.

CASTRO, Terezinha. Atlas de Relações Internacionais. Caderno Especial, **Revista Brasileira de Geografia**, nº 1, v. 29. jan./mar. 1967.

DE PIERI, Vitor Stuart Gabriel e PENNAFORTE, Charles (Orgs.). **Defesa Nacional – Desafios e Perspectivas Geopolíticas**. Rio de Janeiro: CENEGRI – Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, 2012.

¹⁶ Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana.

Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 24 - 42, jan./jun. 2016.

DE PIERI, Vitor Stuart Gabriel. **Dilemas e potencialidades da integração sul-americana: entre a geoestratégia da contenção e a geoeconomia da concorrência**. Tese (Instituto de Geociências), Unicamp – Universidade de Campinas – São Paulo, 2014.

DONADIO, Marcela. **Atlas comparativo de la defensa en América Latina y Caribe: edición 2014**. Buenos Aires: RESDAL, 2014. 272 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SCHENEGOSKI, Ana Maria. **Os movimentos antissistêmicos da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América / Tratado de Comércio para os Povos (ALBA/TCP)**. Dissertação (Mestrado em Geografia – Gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa - Paraná, 2012.

TEIXEIRA, Vinícius Modolo. **A Cooperação em defesa na América do Sul como base para a integração do continente**. Dissertação (Mestrado em Ensino, Métodos e Técnicas em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia – Minas Gerais, 2013.

http://www.portalbrasil.net/americas_suriname.htm. Acesso em 08/02/2015.

http://www.portalbrasil.net/americas_guiana.htm. Acesso em 07/02/2015.

http://www.portalbrasil.net/americas_guianafrancesa.htm. Acesso em 08/02/2015.

<http://www.guyane.pref.gouv.fr/>. Acesso em 08/02/2015.

Recebido em Outubro de 2015.

Publicado em Fevereiro de 2016.